

A "POLIS"*

E se a Terapia Ocupacional for uma terapia política?

JEAN-PHILIPPE GUIHARD

TRADUÇÃO: JÓ BENETTON

*A ação mudada pelo mundo impulsiona a mudar.**G. Bataille.*

Pode-se interrogar sobre a razão desta mesa redonda, de seu título "Filosofia", uma vez que nela, não temos um filósofo de profissão. Não evocarei a motivação do comitê científico do ERGO 2000, por não conhecê-la. Neste caso, qual é a relação entre a filosofia e a terapia ocupacional, entre a filosofia e a doença? A resposta é simples: o Homem. Os dois têm o mesmo sujeito gramatical e ontológico e se consideramos os integrantes desta mesa, pode-se dar ênfase ao psiquismo. Isto não é de forma alguma compreendido como um descarte dos terapeutas ocupacionais ditos "não psis", pois eles lidam com o mesmo homem que tem a mesma psique. Apenas tratam mais diretamente da mecânica e da corrocéria, mas, nós partilhamos com eles o condutor.

De todo modo agradeço o comitê científico do Ergo 2000, por ousar colocar este tema no seio dos debates. Como expôs Serge Tribolet, no seu editorial "*Osons le Sublime*", - "O maior escândalo intelectual da história da psiquiatria aconteceu no meio do século XX com a supressão pura e simples da filosofia na formação dos psiquiatras. O postulado ideológico dessa empresa e suas implicações práticas deram um lugar preponderante às disciplinas ditas científicas (biologia, genética, cognitivismo). Assim, "pensar o homem" é "calcular o homem". "De sujeito passamos a objetos; objeto da ciência muito manipulável". Será que esses postulados científicos serão os considerados para os concursos de ingresso nos institutos de formação de terapeutas ocupacionais? Será que impedirão todos os candidatos sadios de se candidatar?

Ora, a filosofia e a psiquiatria partilham o mesmo sujeito: "o estudo do ser como ser", isto é, a metafísica.

Quando falo da psiquiatria, não falo de uma certa psiquiatria muito elogiada nos Departamentos de Saúde Mental e outros casos anglo-saxões, que preferem calcular o homem no lugar de pensá-lo. Assim, jamais será mostrada uma psique. Essa psiquiatria nunca nos explicará porquê prefiro ler Georges Bataille que Marie Higgins Clark. Da mesma forma, os ditos cientistas jamais poderão falar, dar sentido, à incapacidade do paraplégico.

Voltando ao nosso tema, e mais particularmente ao meu propósito na terapia ocupacional e na filosofia: Meu ponto de partida é uma questão que ocupa minha mente há algum tempo: e se a terapia ocupacional for uma terapia política? Dois são os pontos interpeláveis nas trocas que tenho com outros terapeutas ocupacionais: a autonomia e o retorno à casa. Ao lado desses pontos, há uma expressão que me deixa perplexo e que não me satisfaz: "o homem é um animal bio-psico-social". Percebo confusamente que, para essas três noções, de autonomia, de retorno ao lar e bio-psico-social, alguma coisa falta e que só a filosofia pode ajudar a ver mais claro e isto quando ela coloca a questão fundamental da consciência de si, que faz do homem um homem.

Então, por que meter a política aí dentro? Por uma razão muito simples: o homem é um animal social, mas, antes de tudo um animal político como bem viu Aristóteles. Ele tem a capacidade de poder inventar modos de vida em conjunto que dispensam o social, mesmo que se tente crer no contrário. O homem é um animal biológico, (o caranguejo também); ele é um animal psicológico, (o macaco também); ele é social, (o golfinho também); mas ele é político quando crê inventar a parte que vivemos juntos. Ora, nós não vimos jamais o leão decidir viver em comunidade e mais, ser vegetariano. Nós vemos o homem fazê-lo quando ele é político, quando ele é autônomo. A autonomia quer dizer:

criar suas próprias leis com toda consciência e levando em conta os outros. O homem não faz mais do que se adaptar quando ela cria, inventa, muda, em uma palavra, age.

Uma vez que a autonomia, a independência, a reabilitação, e a inserção são palavras-chave para os terapeutas ocupacionais, (assim como para outros profissionais), esta questão deve ser cuidada de tal forma a suplantar as batalhas internas ou locais e aceitar a palavra do outro como construção a dois. Como então celebrar a autonomia; se esta pretensão não leva em conta a aceitação do cidadão que avança para o “retorno à casa”? O que é feito do desejo do outro, de sua demanda, de suas necessidades e como podemos acompanhar essa pessoa num caminho de um retorno à...; e, mais ainda, numa chegada à...! Que se pode querer dizer para os protagonistas desse projeto de uma chegada, num mundo onde a situação anterior, talvez seja sempre a melhor?

A autonomia, a integração, invocam escolhas para a liberdade para a ação. Deve a terapia ocupacional promover um retorno, ou uma chegada e poderemos apenas visualizar a chegada à uma casa ou a uma cidade? Será que poderemos olhar para o paciente, a pessoa, o sujeito, como sendo um indivíduo, homem, mas também e sobretudo, como um animal político? Animal político que esta na e pela criação sob o domínio da experiência da liberdade? Não se poderá olhar a lei como pura especulação psicanalítico-conceitual, mas como fundamento legislativo de uma cultura humana. Se a psique ignora a lei, mesmo a idéia de lei, ela não deixa de ser mecanismo de nossa natureza animal bio-social e que faz que a política seja um espaço social, público, de autonomia psíquica. É a invasão da sociedade no “átomo da psique” (Castoriadis, C, 1975), que permite a instituição social do indivíduo.

Proponho agora olhar dois pontos que são a chegada à cidade e a autonomia de forma política, deixando de lado as ladainhas dos objetivos, dos meios, dos desempenhos, qualidades e outros científicisms holísticos-econômicos.

Chegada na cidade

Como propor ações adaptativas, promover a autonomia de outro, se não levarmos em conta a cidade, a sociedade? Como não interrogarmos os valores aferentes, como não mergulhar na “genealogia da moral”? E se não questionarmos esse misterioso valor do valor? Essa questão

é certamente metafísica, mas sua expressão concreta, seu ar de experiência é o político.

Então, se nós tomarmos como exemplo, à priori, o que está próximo de certas preocupações terapêuticas nossas: o trabalho chegou à cidade através de um emprego. O que fazer hoje quando o trabalho se apresenta como a mola mestra da interação social, pois, até o início da século XIX, era considerado como ignóbil, reservado aos escravos, aos servos, aos que não participavam das coisas da cidade, aos sujeitos ao desejo e as necessidades animais. A nobreza é que fazia o homem um homem livre e então cidadão, porque gozava de direitos cívicos e não civis e porque ele era livre do contrato de trabalho.

Chegamos hoje, a um esquema radicalmente inverso onde, o trabalho tem valor dominante, onde a sociedade é uma sociedade de trabalhadores. Todo mundo deve trabalhar se quer continuar a pertencer à uma comunidade (política). A nova aristocracia industrial trabalha e se submete a trabalhar 60-70 horas semanais. O mesmo acontece na esfera política, que pensa suas funções como empregos necessários. Os encontros da Primavera passada sobre as trocas globalitárias e totalitárias (Davos, Seattle) são um exemplo flagrante de subjugação da política de Estado à uma misteriosa evidência da necessidade inevitável do neoliberalismo. Hoje vemos bem que o trabalho, porque tem um valor dominante positivo, faz os homens viverem juntos e parecidos. Ora, o que se passa quando recebemos em sessões de terapia ocupacional homens em ruptura, em isolamento social e que acompanhamos em sua chegada à cidade? Que dizer a esse homem no qual o imaginário social histórico é marcado pela chancela do trabalho obrigatório, que não reconhece nenhum direito nem em nome da humanidade? Como visualizar uma chegada à cidade se não temos em mente que o sujeito esta privado da (única) atividade socialmente partilhável? Encontre-se em um Café que vocês não conhecem e pensem em se relacionar com seus vizinhos, troquem idéias sobre as condições de trabalho, ou melhor sobre as 35 horas semanais. Vocês estão em vias de ocupar toda sua noite! Da mesma forma, vocês já perceberam que se encontram com pessoas que não conhecem e depois de algum tempo este assunto vem à baila, com a questão: “o que você faz”? Isto quer dizer: em que trabalha?

As instituições terapêuticas, com algumas felizes exceções, não levam em conta a dupla dimensão do privado e do público, uma vez que foram instaladas sobre outras bases. Hoje, a pessoa que recebe ou percebe, um auxílio

social, está em ruptura com o social, e é este auxílio que recebemos pelas sessões de terapia ocupacional. Durante as sessões o que importa é a linguagem que nos coloca na relação com o outro, com os outros. A atividade não é mais que o suporte dessa relação. **Nós estamos na mediação da linguagem e não das coisas. O objeto, a coisa, não está presente quando se fala, pelo contrário, é apenas elaborado na e pela relação. Assim sendo, essa promoção contrária do trabalho faz que toda atividade, por ser socialmente partilhada, seja acrescida de valor supremo portado sobre as coisas, sobre a técnica, sobre o bem de consumo e não sobre a atividade, sobre a obra.**

Ora, em terapia ocupacional não estamos na esfera do trabalho, mas sim na do “*ergon*”, a atividade livre, fundadora e nunca é apenas transformada em coisa. **Como existir numa instituição terapêutica, médico-social, que dá valor às coisas do concreto, do objetivo, da ciência quando estamos num outro registro?**

A instituição está fundada sobre um imaginário sócio-histórico que contém valores e esta é a garantia de sua perenidade. Como um terapeuta ocupacional, membro dessa instituição pode ousar colocá-la em questão e propor ações que vão em confronto a esses valores? Frequentemente somos interrogados sobre a qualidade de vida, sobre a terrível expressão da “gestão do tempo livre”, sobre a angústia de vida vazia, sobre as necessidades do não trabalho. Essas questões nos reportam à nossa própria angústia do vazio, do não domínio e tentamos encontrar soluções, completando, preenchendo, sancionando nossas respostas através dos valores do trabalho como único meio para os homens vivam em conjunto. “Mas eu não posso fazer nada, não posso nada...”. Não sei se se pode fazer alguma coisa contra, isto é em oposição ao não poder fazer; mas, penso que se pode fazer alguma coisa contra o imaginário social, utilizando como suporte para ir para frente, para criar outra coisa, não por oposição, mas, apoiando. Promover a criação de espaços não institucionalizados como já fazem diversas associações é uma atitude terapêutica e uma atitude política. Criar, inventar, é afirmar que essas criações estão seguramente no registro das condições de um chegar à cidade, mas também, da nossa vontade de experimentar no espaço público novas modalidades, novos gêneros de vida em comum.

“Isto nos faz visualizar uma ligação, uma articulação, uma coordenação entre o consenso e o conflito, tudo estando ao redor, ao lado um do outro; entre a ordem

e a desordem para se chegar a uma organização. Desse resultado que não será o fim, mas finalidade, deve poder surgir um outro eu organizado, e colocando-nos ao redor dele, nos deslocamos para um novo que pode permanecer aberto, heterogêneo, fonte de vida, de uma racionalidade profunda quanto às exigências das instituições que reclamam o conformismo afim de se reproduzirem, e enfim, se prolongar como junção do valor partilhado. As instituições são por essência unificadoras, normatizadoras, práticas”².

A terapia ocupacional tem uma posição central para a passagem entre o mundo institucional e a vida cotidiana, vida de fato social para o cidadão. Intervimos em situação quando a pessoa está mais próxima de si mesma, de seu lugar e diretamente no seu desenvolvimento, e a percebemos como exterior a nos mesmos, vendo-a quando “ali está”. Ora, é bom olhar através da cidade, com as contingências relacionais, profissionais, culturais, espirituais e políticas. Se autonomia é ter suas próprias leis, a pessoa está também num movimento dialético de participação em uma vida coletiva, comunitária, que faz com que eu participe da atualização dessas leis, levando-se em conta o outro, os outros, a sociedade na qual evoluo a que pertencço.

Somos membros do mundo próprio da pessoa que acompanhamos, membro um pouco à parte quando as circunstâncias desses encontros são impostas, mas, ela nos faz visualizar que podemos participar efetivamente da chegada à casa e também num enquadre geral da cidade.

Podemos então, olhar nossas práticas sob o ângulo político, isto é, como gênero de vida em comum orientada para tal e qual fim, da qual se fala e se constrói. Ora, nesse gênero de vida comum, é o conflito por excelência que nos faz casar e experimentar níveis de realidade diferentes, divergentes. Não somos determinados pelas necessidades naturais, somos “máquinas desejantes” e como tal, somos criação, mudança e liberdade. O que caracteriza a liberdade é a autonomia que é fazer política. Como disse anteriormente, o homem implica a sociedade e é implicado por ela, se bem que um não seja redutível ao outro. Esse tudo para *ser* implica no movimento de seus componentes individuais, comunitários e sociais. Esse movimento se objetiva pela criação de instituições que são as portadoras e a garantia de valores fundadores.

Autonomia

Em terapia ocupacional, (como em todas as terapias?), o levar em conta a autonomia é um “fato”, uma *praxis*³, onde o objeto específico é a autonomia do outro,

dos outros. Esse levar em conta é um visar, o que se vê e ele evolui na incerteza de toda relação. Servimo-nos de um saber à priori que é incompleto e provisório porque o objeto dessa prática é o novo, a criação atualizante por essa mesma praxis., suas relações entre um sujeito e um objeto que não podem ser definidos na sua totalidade”⁴.

“Não se pode valorizar a autonomia se não a valoriza para todos”⁵, quando o outro é modo de ligação social e então política, mas se não se limita somente a intersubjetividade, se colocando no espaço público, no social como político. Como somos praxis, vemos essa autonomia e devemos entendê-la no social e por essa visão; contrário as amizades ou as relações profissionais, essa visão não pode ser colocada à parte, e então as relações não têm outro objetivo que as relações, elas mesmas. Inscrever a autonomia na política e no social é promover um gênero de vida em comum e esta inscrição é uma modalidade de política que ela compõe e que é também pressuposta. Uma sociedade autônoma é composta de homens autônomos pressupondo uma sociedade. Estar junto de, não é unicamente um conglomerado de animais, mas este “estar junto” pressupõe a sociedade pela mediação de um imaginário social histórico, de uma cultura que nos sustenta numa temporalidade própria. “É a união e a tensão da sociedade que institui e da sociedade instituída, de história feita e de história se fazendo”⁶, que se vê claramente que descontextualizar socialmente a autonomia ou focalizá-la apenas sobre a intersubjetividade será pura especulação teórica filosófica, quando não se comprova que ela mesma é suficiente como resposta. **A autonomia do sujeito singular, que nós recebemos, deve ser sempre contextualizada e não estar numa história a ser feita, mas se fazendo.**

Este encontro é realizado pelo sujeito, mas também por nós que evoluímos numa instituição que é feita, instituída, mas que, porque social e política, instituiu também. Sabemos que o que importa aqui é que ela evolui e que podemos também evoluir. Esse movimento feito durante as sessões de terapia ocupacional contém triplo movimento: da instituição, do sujeito e do terapeuta ocupacional, mas o sentido não é forçosamente o mesmo, nem mesmo compatíveis entre eles, existindo o risco da alienação do indivíduo livremente submisso à instituição. Não se trata de se refugiar atrás de uma autonomia como resposta suficiente, como toda poderosa, quando temos que ver claro que a descontextualização é puro fantasma, presente para se reproduzir e resistir a mudança que a coloca em causa. Ora, vivemos na idade das Luzes e de legislação Kantiana, que nos faz livremente submissos à obediência, que pensa a

felicidade como obediência aos interesses superiores, quando não universais.

Se voltamos ao problema da autonomia contextualizada socialmente e politicamente, em princípio a instituição sanitária, por exemplo, ela foi criada para servir à sociedade (les Hôtels Dieu). Na sua construção, no seu desenvolvimento essas instituições se tornaram autônomas chegando hoje ao que pode ser interpretado, pelas contingências econômicas e científicas como submissas, (livremente?); como estando em luta, em tensão, entre esse tipo de instituição que requer que a sociedade lhe seja servil e a sociedade econômica que pelo contrário quer que essa instituição a sirva. Há cerca de trinta anos a sociedade devia servir ao hospital, que na verdade fazia o que queria em nome da ciência, do progresso científico, de melhores técnicas para tratar o homem. Desde os anos setenta (do século passado) a economia deseja reger essas instituições com sua louca autonomia, demandando, impondo mesmo, que diagnósticos médicos levem em conta os parâmetros financeiros. De quanto é a exigência de lucro nos centros hospitalares? É hora de colocar a questão eminentemente política no sentido da terapia. O sujeito onde está? Estamos passando de animal bio-psico-social para sujeito psico-fiscal.

Promover a autonomia do outro em terapia ocupacional nos encaminha à cidade, ao valor da autonomia que implica em que só a sociedade autônoma possui cidadãos autônomos. Isso invoca também a nossa autonomia e nossa capacidade de escutar a palavra do outro e de aceitá-la. É preciso aceitar a demanda do outro liberando-a da necessidade natural e assegurando as necessidades fundamentais, como o fato do trabalho como provento financeiro ou o abrigo institucional; assim como, olhar sua procura de atividade, de ser como os outros e de existir. Ora, essa procura é da ordem da atividade e não do trabalho como anteriormente expus. Hannah Arent, em “a condição do homem moderno”⁸ precisou essa distinção fundamental que é encontrada nas línguas indo-européias nas duplas: “labor/opus, ponia/ergo, arbeiten/werken, labor/work, enfim entre o sofrimento e o lazer. Somos terapeutas ocupacionais do “ergon” e não da “ponia”, estamos no discurso, na criação, no sensível, na temporalidade e não no “chronos”(sentido de tempo fixo). Na atividade há um certo enquadre e regras, mas elas são reguláveis, discutíveis, atualizáveis, uma vez que a vida é que está em obra e não a fabricação. A atividade, o agir, coloca a pessoa face ao seu futuro, ao seu objeto que ela é livre para produzir, assim como destruir e não no sistema de consumo. **O tempo livre da sessão é uma história, um modo de “estar junto”,**

quando as pressões aferentes, o enquadre, é uma janela aberta no tempo livre que passa e não no *chronos* racional. Ora esse tempo livre dá medo quando ele é vivido *à priori*. Ele exprime “a crença profunda no âmagô de cada um de nós do que se poderá fazer com todo o tempo livre, pois que a idéia de um uso criador, não no mercado está prestes a ser assassinado”⁹.

O homem político

O homem é um animal político, isto é, potencialmente político. Desde São Tomás d’Aquino, o social descobriu a política, trazendo ao cidadão o benefício de animal bio-psico-social, no período revolucionário da comunidade, com a exceção ao Rousseauismo ... Por animal político entendemos que somos seres sociais, - que vivemos em conjunto - , mais que isso, que podemos potencialmente passar da “simples vida junto”, para auto criação de um novo modo de estar junto na esfera pública/ pública. Com efeito, continuar a olhar o homem como apenas bio-psico-social é continuar a ocultar as três esferas, limitando nosso campo de existência à esfera privada (oikos: as relações humanas, a família, a amizade...) e a esfera privada/pública, (a educação , o trabalho, a saúde...). Se introduzirmos a política e se a luz Aristoteliana do homem como animal político e não como animal social, estamos introduzindo a terceira esfera do pública/pública, (*ecclesia*), a das instituições políticas. Cada sociedade é criada por ela mesma como sociedade, provendo-se de instituições políticas que são em um momento dado a armadura dessa sociedade. Os homens de consciência inventam sua própria lei e sua auto limitação nessa emergência legislativa que não é exterior a eles mesmos, (divino, natural,psico...), mas é “o produto da atividade libertária dos homens”¹⁰.

Se na nossa abordagem terapêutica não podemos ter perspectivas político-clínicas, (ainda que ...), não tarda que devemos tomar consciência do problema das articulações das três esferas: privada, privada/pública e pública/pública, na medida em que influenciemos as suas ligações e que saibamos nos manter no ato de coordenar, isto é naquilo que é colocar em ordem e mesmo dar ordem. Coordenar está no registro do administrativo e como já vimos anteriormente, em relação ao poder nos situamos num espaço vertical. Tudo vem do alto, seja profissionalmente, socialmente ou economicamente. Como terapeutas, mais particularmente terapeutas ocupacionais, nos deveríamos evoluir na horizontal, no “inter”, seja profissional, disciplinar ou em procedimentos, porque

evoluímos no humano, o que faz com que devemos formar um grupo primário¹¹. Grupo primário composto de diferentes autores sanitários e médico-sociais que acompanham uma pessoa, um sujeito na sua chegada à cidade. Estamos menos no coordenar que no articular, que é referência explícita do humano, ao sensível, à vida. Nessa articulação de diferentes profissionais é que ocorre a ligação entre as três esferas tendo o sentido que será mais além do social trans-sociológico por permitir uma consciência política dessas articulações. Mas, isso não é coisa fácil quando o poder tem horror a horizontalidade. Ele propõe a verticalidade como isolamento, separação, atomização. Como terapeuta ocupacional que visa chegar à cidade, acompanhamos uma pessoa num novo viver junto, então, encorajamos a horizontalidade exacerbada uma vez que o sujeito é excluído do trabalho. Não há outra coisa à fazer além de estar junto com os outros. Não há nisso contradições quando o sujeito não tem nenhum direito a não ser o da sua humanidade. E ainda, nos colocamos ao lado dessa legião de psicóticos que não tem nada para fazer a não ser estar entre eles mesmos.

Esbravejamos seja contra o administrativo, seja contra as leis contraditórias que bloqueiam o retorno a casa; mas, esses protestos não tem subjacente o poder de transformar “o sistema”. Essas transformações, será que elas já passam pela visualização da chegada à cidade? Trata-se transformar ou criar? Será preciso substituir as assistentes sociais por assistentes políticas?

Conclusão

Tirar do “ergon” a liberdade, isto é, a autonomia e a política é um erro fundamental. E não se trata também de transformar todos os terapeutas ocupacionais em militantes políticos uma vez que é preciso permanecer criativo. É isto que dá medo na palavra política, é sua reificação institucional que mantém as coisas fixas, uma função, um papel. Não se trata de sermos os atores da reinserção, da reabilitação, mas sim os autores. Além de inventar o cenário e direção, temos que representar as cenas onde possamos reverter as antigas proposições afim de que “A ação mude o mundo impulsionando a resistir” (Transdisciplinaridade transcendental de Nicolas Truc Truc).

Referências Bibliográficas

EDMOND M P - *Aritote La politique des citoyens et la contingence*, Édition Payot & Rivages, Paris, 2000.

HOLLIER D. - *Le collège de sociologie*, Édition Gallimard, 1995

Notas

1 Nervure, tome XIII, No 5, juin de 2000, p. 7

2 Guihard, J-P, A interprofissionalidade em prejuízo do C.H.S., Memorial para obtenção de Quadro de Saúde em Ciências da Educação, Paris, Aix/Marseille, 1999, p 6.

3 “Chamamos de *praxis* o fazer no qual o outro ou os outros são vistos como seres autonomos e considerados como agentes essenciais do desenvolvimento de suas próprias autonomias”, Castoriadis C., A instituição imaginária da sociedade, 1975, p 112.

4 Ibid., p 114

5 ibid., p 159

6 ibid., p 161

7 Illich Y, um fator patogênico predominante. A obsessão de saúde perfeita em *Le Monde Diplomatique*, março 1999, p 28.

8 Op cit

9 Rocard M., A democracia inventiva, em Enriquez E., O gosto da Alteralidade, Desclée de Brower, Paris, 1999, p 167-182, 179, 180.

10 Redecker R., Cornélius Castoridis ou a politização da existência, em *Les temps modernes*, No 609, juin, juillet, aout 2000, p 131-154, p 142.

11 Sugiro a leitura de minha Memória A interprofissionalidade em prejuízo do C.H.S, pelas noções de grupo primário.

* 6º congresso Europeu de Terapia Ocupacional, setembro de 2000- Paris